



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Interessado:** Secretaria Estadual da Saúde

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI n.º 196/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO :** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de acesso à íntegra dos dos 3 (três) ofícios citados, enviados ao governo federal, com oferta de vacina - <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-recusou-tres-ofertas-de-vacina/> e <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sabotador/>. Ausência de resposta. Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI n.º 196/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, solicitando acesso a informações sobre vacinação.
2. A ausência de respostas motivou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme disposto no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta manteve-se silente.
4. Na análise do caso, oportuno lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, garante à *"todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado"*.
5. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, veio dar concretude a esse direito.

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria de Governo**  
**Ouvidoria Geral do Estado**



6. Cabe à Administração Pública, por intermédio dos seus órgãos e entes públicos, receber as manifestações de cidadãos e respondê-las, se for responsável pelas informações solicitadas, devendo conceder o acesso imediato àquelas disponíveis, ou, se for o caso, informar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido, ou, ainda, se não possuir a informação, indicar ao interessado, se for do seu conhecimento, o órgão ou entidade que a detém.(art. 15, § 1º, itens 1 a 3, do Decreto nº 58.052/2012).
7. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda de informações solicitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de fundamentar, na hipótese de negativa de acesso à informação requerida, em vista de alguma das restritivas legalmente previstas.
8. Assim, verificada a falta de atendimento da demanda até o presente momento e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso e dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da citada Lei federal nº 12.527/2011.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de maio de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado